

CENSO AGROPECUÁRIO: resultados preliminares¹

Francisco Alberto Pino²
Vera Lucia Ferraz dos Santos Francisco³

1 - INTRODUÇÃO^{1 2 3}

O Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola⁴, mais conhecido por Projeto LUPA, acaba de ser concluído. Trata-se de um censo agropecuário realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) em 1995/96, mais de 60 anos depois de seu último recenseamento. O levantamento cobriu todo o Estado de São Paulo, abrangendo tanto explorações vegetais como explorações animais, exceto pesca e extrativismo. Obtiveram-se dados em nível de município para 642 dos 645 municípios do Estado. Os dados para os municípios novos de Nantes, Paulistânia e Ribeirão dos Índios foram obtidos ainda agregados aos municípios de origem.

Os resultados gerais, bem como os detalhes metodológicos, estão sendo divulgados em forma impressa (PINO, 1997). Estarão disponíveis para os usuários também em meio eletrônico, tanto no Instituto de Economia Agrícola (IEA), em São Paulo, como na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em Campinas, conforme regras definidas pela SAA⁵, observando-se o sigilo das informações individuais.

O objetivo do presente artigo, além de noticiar a conclusão dos trabalhos, é apresentar alguns resultados preliminares.

2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na maioria dos casos, a unidade básica de levantamento, chamada unidade de produção agropecuária (UPA), corresponde a um imóvel rural, entendido como o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s).

Uma das inovações foi a introdução do conceito de área homogênea, que permitiu obter dados de área cultivada tanto para as culturas solteiras, como para cada uma das combinações de culturas, bem como, para cada faixa etária de cultura perene. Uma área homogênea foi definida como *um conjunto de talhões* com as mesmas características produtivas (os talhões podem não ser contíguos, mas, devem estar dentro da mesma UPA). Por exemplo, uma área homogênea pode conter: a) uma única cultura perene, plantada no mesmo ano (se uma cultura perene tiver talhões com diferentes idades, cada um representará uma área homogênea diferente); b) uma única cultura anual, plantada na mesma época; c) uma pastagem formada num mesmo ano; d) uma área com culturas intercaladas ou com culturas consorciadas; e) uma área onde se planta mais de uma safra do mesmo produto durante o ano, por exemplo, uma na época das águas e outra na época da seca; f) uma área onde ocorre rotação de culturas; e g) uma área de olericultura, com diversos canteiros onde se revezam certo número de culturas durante o ano.

Algumas comparações são feitas entre os resultados obtidos no Projeto LUPA e os recenseamentos da SAA da década de 30 (relatados em SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1933-39), dados do IEA de 1956 (relatados em SCHATAN, 1961) e de 1975 (relatados em PINO, 1978), o cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 1972 (dados trabalhados por PINO, 1978) e o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO, 1985). Em que pesem as limitações de cada um

¹Os autores agradecem a colaboração do Dr. Antonio Ambrosio Amaro, Pesquisador Científico, e de José Venâncio de Resende, Assistente Técnico de Apoio à Pesquisa, do IEA.

²Engenheiro Agrônomo, Dr., Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Estatística, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Instituído pela Resolução SAA-15, de 25/04/95.

⁵Resolução SAA-50, de 31/10/97.

desses conjuntos de dados, algumas comparações podem ser feitas, principalmente para detectar tendências.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Com a conclusão do Projeto LUPA, os dados de área cultivada utilizados no cálculo da participação percentual dos municípios paulistas no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) ganharão muito em qualidade, tornando essa participação mais justa e equitativa. Isso é particularmente importante para os municípios de menor arrecadação, os quais, normalmente, dependem mais da agricultura que de outros setores da economia para sobrevivência de suas populações (para uma discussão mais completa sobre o assunto, ver PINO, 1994).

3.1 - Área Agrícola e Tamanho dos Imóveis

Foram levantadas 277.124 unidades de produção agrícola, totalizando a área de cerca de 19.999.484,5 hectares. Isso representa redução em relação ao censo anterior do IBGE e em relação ao cadastro do INCRA. Nas últimas décadas, a área total das unidades de produção agrícola tem apresentado tendência à diminuição, cedendo espaço para áreas urbanas e suburbanas, represas de grandes hidrelétricas, estradas e outras obras de infra-estrutura. Essa área oscilava ao redor de 10 milhões de hectares na década de 30, tendo atingido valores acima de 20 milhões de hectares nas décadas de 60 e 70. Entretanto, terminada a época de expansão da fronteira agrícola no Estado, essa área vem diminuindo.

Também a área média de cada unidade de produção agrícola vem caindo, tendo atingido 72,17 hectares no presente levantamento, o que representa uma diminuição de 10% em relação à de 1972.

A desigualdade no tamanho dos imóveis rurais está diminuindo, como apontam vários indicadores: a) o valor da relação entre a área da curva de Lorenz e a área da distribuição equitativa aumentou de 23,58%, em 1972, para

27,08%; b) em 1972, metade da área total estava nos 3,6% maiores imóveis rurais, enquanto que agora essa área está nos 5,3% maiores imóveis rurais; e c) entre 1972 e agora diminuiu o percentual de unidades menores do que 2 hectares e de maiores do que 1.000 hectares, enquanto que aumentou o percentual de unidades entre 5 e 20 hectares.

A maior unidade de produção agrícola encontrada pelo Projeto LUPA tem área total de 33.845 hectares, correspondendo a uma reserva florestal do governo. A maior unidade particular tem área igual a 30.000 hectares.

3.2 - Ocupação do Solo

A ocupação do solo vem se alterando. A área com vegetação natural, que ocupava 37% da área agrícola total na década de 30, foi reduzida para 17% em 1956, e para 10% no Projeto LUPA. A diminuição do percentual da área com vegetação natural resultou em elevação principalmente da participação da área com pastagem, de 38% em 1933-34, para 56% em 1975, diminuindo para 51% no Projeto LUPA.

A participação da área de culturas continua aumentando. Inicialmente, esse aumento se dava às custas da área de vegetação natural, porém, mais recentemente ele vem se dando às custas da área de pastagem, embora em algumas regiões, como no sudoeste do Estado, tenha havido recentemente a substituição de velhas culturas perenes por pastagem. A participação da área de culturas passou de 16% em 1933-34 para 25% em 1975, atingindo 30% no Projeto LUPA. A área com reflorestamento, quase inexistente na década de 30, atingiu 3% em 1975 e 4% no Projeto LUPA.

A participação das demais áreas, que incluem áreas ociosas, áreas em descanso, áreas com benfeitorias e as inaproveitáveis para a agricultura, tem diminuído, de 8% em 1933-34 para 6% em 1975 e para 5% no Projeto LUPA (Figura 1).

Boa parte da pastagem encontra-se nas regiões oeste e sudoeste do Estado, enquanto que boa parte das culturas encontra-se nas regiões nordeste e leste. Cerca de dois terços da área de pastagem está ocupada com braquiária (*Brachiaria spp.*), seguindo-se os capins colônio (*Panicum maximum*), napier

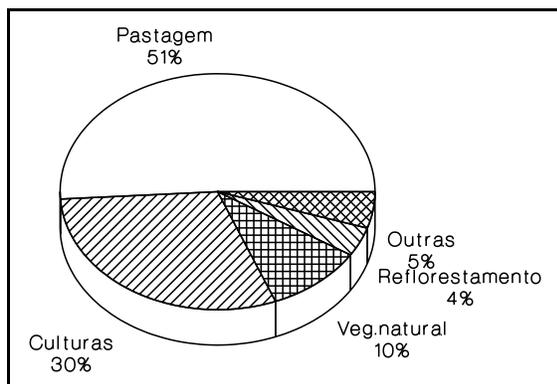


Figura 1 - Ocupação do Solo, Estado de São Paulo, 1995/96.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Projeto LUPA.

(*Pennisetum purpureum*), jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) e suas variedades. A braquiária ocorre em 53% das unidades de produção agrícola.

3.3 - Culturas

A cultura mais freqüente na agricultura paulista continua sendo a do milho (*Zea mays*), que ocorre em mais de 30% das unidades de produção agrícola. Hoje, a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), que aparece em um quarto das unidades, ocupa o lugar do arroz (*Oryza sativa*), que costumava ser a segunda cultura mais freqüente e que vem perdendo muitas posições. Em área plantada, a primeira cultura é a da cana-de-açúcar, com 2,9 milhões de hectares. Seguem-se: milho, com 1,2 milhão; laranja (*Citrus sinensis*), com 0,9 milhão; e soja (*Glycine hispida*), com 0,7 milhão de hectares. O café (*Coffea spp.*) perdeu posição em área plantada, bem como o algodão (*Gossypium sp.*), ultrapassado pelo feijão (*Phaseolus vulgaris*).

É notável o crescimento da cultura da seringueira (*Hevea brasiliensis*), que já conta com quase 2.500 produtores, aparecendo como a 11ª cultura em área, e passando à frente de culturas mais tradicionais no Estado, como limão (*Citrus spp.*), mandioca (*Manihot utilissima*), tangerina (*Citrus reticulata*), batata (*Solanum tuberosum*) e tomate (*Lycopersicum esculentum*). Percebe-se que há também outras culturas em expansão, como coco-da-baía (*Cocos nucifera*), que aparece em 847 unidades. Embora com área plantada ainda não muito extensa, já suplanta culturas mais tradicionais no Estado, como mamão (*Carica papaya*) e mamona (*Rici-*

nus communis).

3.4 - Diversificação

Reflexo das novas características competitivas da economia, mas, também, da evolução natural da agropecuária, o setor vem se diversificando no Estado. A urbanização e o desenvolvimento da infra-estrutura acaba por valorizar as terras próximas. Com isso, novas atividades, bem como novas técnicas de cultivo, capazes de agregar maior valor, acabam aparecendo e as mais bem sucedidas acabam sendo adotadas.

Mais de duzentos cultivos foram detectados no Estado, embora as grandes culturas continuem dominando o cenário. Percebe-se, entretanto, a ocorrência de muitas criações e cultivos em pequena escala, às vezes ainda não comercial, o que pode estar indicando que os produtores estão experimentando e aprendendo sobre novas atividades exploratórias, tanto vegetais quanto animais, e que poderão se constituir, no futuro próximo, em alternativas rentáveis.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os contornos da fronteira agrícola estadual bem definidos, com a valorização da terra, com o emprego rural diminuindo (constatação de outras pesquisas), percebe-se que, para permanecer competitiva, a agricultura paulista terá poucos caminhos: a) substituir seus métodos de cultivo e de criação por outros de tecnologia mais avançada, que proporcionem melhor aproveitamento dos fatores, principalmente terra. Isso é especialmente válido para a pecuária de corte e para as culturas mais extensivas, como as de grãos; b) substituir explorações extensivas, tanto vegetais quanto animais, por outras mais intensivas e que agreguem maior valor (em especial, substituir pastagem por culturas); e c) a integração com outros elos da cadeia produtiva, principalmente no processamento de seus produtos, o que também agrega valor.

Por outro lado, produtos de atividades mais extensivas, ou de menor agregação de valor, poderão ser adquiridos, com vantagens mútuas, de outros Estados, de maior extensão e/ou de terra mais barata. Em outras palavras, o desenvolvimento da agricultura paulista pode,



indiretamente, levar desenvolvimento econômico também a outras regiões do País.

Quanto à mão-de-obra, podem estar ocorrendo dois movimentos antagônicos, cuja resultante, no momento, indica diminuição do emprego rural. De um lado, a tecnificação de atividades extensivas tende a poupar mão-de-obra e aumentar o tamanho das explorações, para produzir em larga escala. De outro lado, a intensificação das explorações pode levar à dimi-

nuição no tamanho das unidades e a um aumento no uso de mão-de-obra qualificada. Isso também pode ocorrer em função da integração com outros elos da cadeia produtiva, que geram empregos, bem como em decorrência da diminuição do tamanho médio das unidades de produção agrícola.

A SAA, com seus Institutos de Pesquisa e seu corpo técnico atuante no interior do Estado, poderá ter papel decisivo nesse processo de modernização da agricultura paulista em direção ao século XXI, sendo o Projeto LUPA um dos primeiros passos.

LITERATURA CITADA

CENSO AGROPECUÁRIO: Brasil. Rio de Janeiro : FIBGE, 1985.

PINO, Francisco A. Distribuição e utilização da terra no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 8, n. 11, p. 1-6, nov. 1978.

_____. Participação dos municípios paulistas no ICMS. _____, São Paulo, v. 24, n. 5, p. 9-21, nov. 1994.

_____. (Orgs.) **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo**. São Paulo : SAA, 1997. 4 v.

SCHATTAN, Salomão. Estrutura econômica da agricultura paulista. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 12, p. 85-119, out. 1961.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Estatística Agrícola e Zootécnica**. São Paulo, 1933-39.

CENSO AGROPECUÁRIO: resultados preliminares

SINOPSE: *Apresentam-se resultados preliminares do censo agrícola de 1995/96 no Estado de São Paulo. Mostra-se que o número de unidades de produção agrícola (277.124) está diminuindo e também a área agrícola total (20 milhões de hectares) e o tamanho médio das unidades (72,17 hectares). O uso da terra é o seguinte: 51% de pastagem (cultivada e natural); 30% de culturas (anuais e permanentes); 10% de vegetação natural; 4% de reflorestamento; e 5% de outras áreas (em descanso, inaproveitável, etc.).*

Palavras-chave: *censo, uso da terra.*

AGRICULTURAL CENSUS: preliminary results

ABSTRACT: *Preliminary results of the 1995/96 agricultural census in the State of Sao Paulo, Brazil,*

Informações Econômicas, SP, v.27, n.10, out. 1997.

are presented. A decrease is shown not only in the number of farms (277,124), but also in the agricultural area (20 million ha) and in the average farm size (72,17 ha). Land use results are the following: 51% of pasture (improved plus natural); 30% of crops (annual plus permanent); 10% of native forest; 4% of re-forested area; and 5% of other areas (idle land area, wasteland and so on).

Key-words: census, land use.

↗ +

Recebido em 14/10/97. Liberado para publicação em 10/11/97.